

CATADORES INDEPENDENTES: Uma análise dos catadores “des-organizados” que transitam na cidade de Belo Horizonte.

CAMILA ÁLVARES DOS REIS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

cammi.reis@gmail.com

ARMINDO DOS SANTOS DE SOUSA TEODÓSIO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

armindo.teodosio@gmail.com

CATADORES INDEPENDENTES: Uma análise dos catadores “des-organizados” que transitam na cidade de Belo Horizonte.

1. INTRODUÇÃO:

Ao analisar a dinâmica de Governança dos Resíduos Sólidos em Belo Horizonte com um olhar voltado aos catadores cooperativados a serem inseridos na dinâmica de parcerias intersetoriais, foi possível perceber uma parcela de catadores que preferem atuar de maneira isolada, fora das cooperativas de materiais recicláveis, coletando, reciclando, reutilizando e comercializando esses materiais por conta própria. Ao buscar um aporte teórico que discutisse esse questionamento, foi possível perceber que existe uma lacuna teórica a este respeito, mostrando ausência de relatos que interpretem este fenômeno. Por este motivo, se faz relevante este estudo no que diz respeito ao meio científico e sua implicação prática, uma vez que é necessário discutir a inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis na Gestão dos Resíduos assim como determina a Lei de nº 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos que gerencia a gestão dos resíduos no país.

É importante ressaltar também, a emergência da reflexão sobre a atuação do catador na sociedade, visto que o catador de resíduos é um agente ambiental, que encontra valor econômico no que é descartado e que melhor conhece do material que é retirado das ruas, além de ter maior expertise na criação de estratégias para acessar as zonas de maior dificuldade de recolhimento do lixo, como as zonas de risco das periferias.

O catador é considerado um lixo social, que se mistura ao produto que recolhe e carece de atenção, por habitualmente estar à margem da sociedade, devido à falta de recursos, baixa escolaridade e por ter “baixa rede de contatos, o que limita a interação para além do mesmo nível social, dificultando a melhoria de vida”. (FILHO, PIRES, 2012; DIAS, 2002)

Por estes atravessamentos, questionar sobre as formas de trabalho do catador é essencial, não apenas para compreender as escolhas realizadas por eles, mas para além disso, como buscar trazer melhorias de vida para essas pessoas que geralmente são marginalizadas pela sociedade e que comumente perdem o respeito das organizações que os consideram como desempregados e pessoas que não querem trabalhar, por acreditarem que eles não se implicam no sistema capitalista atual, por não considerar a catação como uma atividade de trabalho, por ser considerada uma atuação desprezível.

Os atores que trabalham de formas isoladas, usando o capital de forma autônoma e “desorganizada” (ou seja, fora de organizações convencionais), atuam gerando sustentabilidade e possibilidades alternativas e criativas de meios de produção que movimentam não só o capital econômico, mas também o capital social, criando novas formas de visualizar esses atores que estão atribuindo novos significados ao lixo, ao trabalho e ao espaço urbano. Porém, essas formas de trabalhos não são levadas tão a sério pelo poder público, na medida em que consideram os catadores de materiais recicláveis, como alheios ao desenvolvimento urbano.

Dessa forma, foram realizadas duas pesquisas de campo desenvolvidas em duas etapas, sendo elas: uma no primeiro semestre de 2016 e a segunda, no segundo semestre, com o intuito de compreender como se dá a dinâmica da “catação” de materiais recicláveis em Belo Horizonte de acordo com a percepção de: a) gestores públicos, b) de atores políticos, c) de Organizações da Sociedade Civil, d) de membros de Organizações não Governamentais, e) de empresas e por último, f) de um determinado perfil de catadores, que são os que circulam efetivamente nas ruas e vivem nelas: as pessoas em situação de rua.

Diante de toda a investigação e percepção do percurso e do perfil do catador, (que não se aplica unicamente a um determinado perfil); da lógica de trabalho como meio de resistir às ações do planejamento urbano padronizado, adequado ao meio de produção do sistema

capitalismo; foi analisada as novas formas de sentido que o catador atribui aos materiais recicláveis, localizando no que é descartado pela maioria da população uma possibilidade de geração de valor para consumo, através da ressignificação atribuída ao lixo, considerando também as suas escolhas de se manterem fora do modelo de cooperativas, que poderia gerar uma maior possibilidade de rentabilidade no trabalho.

2. PROBLEMA DE PESQUISA

Mesmo com a existência de cooperativas de catadores atuando em diversos pontos das cidades, alguns catadores preferem atuar de forma isolada, fazendo o recolhimento dos resíduos sólidos urbanos como forma de sobrevivência, mas sem estratégias de coleta, separação e repasse dos materiais. Os gestores públicos questionam o motivo de alguns Catadores de Materiais Recicláveis preferirem atuar fora das Cooperativas de Reciclagem, e por não compreenderem essa lógica, acabam considerando-os como “vagabundos” que não querem trabalhar. Nesse sentido, busca-se compreender porque alguns Catadores de Materiais Recicláveis preferem atuar informalmente, fora das Cooperativas de Reciclagem.

3. OBJETIVO

Este artigo busca analisar a atuação dos Catadores de Materiais Recicláveis que preferem trabalhar de forma isolada nas cidades, sem interesse de criar vínculos com as cooperativas e associações de reciclagem, descrevendo o perfil desses Catadores, discutindo se essa forma de atuação é uma opção ou uma resistência contra as cooperativas e apontando os desafios e perspectivas dessa escolha, criando também alternativas que possibilite a reflexão da sociedade civil, estado, mercado e catadores, sobre essa atuação independente.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa foi fundamentada a partir de uma interação entre a pesquisa de campo e revisão teórica de autores considerados relevantes que estudaram os temas: catadores, Gestão de Resíduos Sólidos, Reciclagem, Sustentabilidade, Cidades, dentre outros, buscando sempre artigos científicos atuais que estão disponíveis em sítios de pesquisa diversificados, numa perspectiva interdisciplinar.

4.1 O CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL

De acordo com Dias (2002), o catador de material reciclável é definido por um imaginário popular, em que é visto como aquele que realiza a coleta de material reciclável pelas ruas da cidade, com carrinhos de tração humana que chegam a pesar 800 kg. Esses catadores são subdivididos em grupos e na maioria das vezes são considerados como catadores itinerantes, que trabalham de forma isolada ou em cooperativas, em um modelo mais coletivo.

Eles são definidos pela sociedade, como: a) trabalhadores honestos que encontram no lixo a possibilidade de sustento (PEREIRA; GODOI; COELHO, 2012); b) como agente do meio ambiente, que tem relação direta com a sustentabilidade ambiental e a reciclagem (DIAS; SANTOS; PEREIRA, 2009) e que devem ter reconhecidos seus direitos trabalhistas por serem profissionais (FREITAS; FERREIRA, 2015); c) que deveria ser diferenciado do morador de rua, devido à atividade de catação não se restringir apenas a um grupo (DIAS, 2002); d) são pessoas que estão em um limiar de nomenclatura, pela dificuldade de serem categorizados como trabalhadores ou desempregados, principalmente por alguns gestores públicos não considerarem a catação independente como uma forma de trabalho (BAPTISTA, 2015), dentre outros estereótipos.

Dias; Santos; Pereira (2009) e Jesus; Barbieri (2013) nos fazem uma provocação ao dizerem que a indústria da reciclagem recicla não apenas o lixo físico, mas produz também

uma reciclagem social, resgatando sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade social e lástima.

O Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis surge em 2001, como uma necessidade de mudar a percepção da sociedade sobre o trabalho do catador e como uma forma de luta por espaço e direitos. Esse movimento ganhar força com a atuação ativa dos próprios catadores e em 2002 e transforma a atividade de catação em uma profissão regulamentada pela CBO (Cadastro Brasileiro de Ocupações), além de transformar o dia sete de Junho no Dia do Catador (SILVA, 2006; CARVALHO, 2011), definindo-o como aquele que recolhe, seleciona e vende materiais recicláveis, um profissional autônomo ou organizado, que trabalha também nas cooperativas e associações de recicláveis (BESEN, RIBEIRO, GÜNTHER, et al., 2014) e que geralmente receberá as nomenclaturas de: catador de material reciclável; catador de ferro-velho; catador de papel e papelão; catador de sucata; catador de vasilhame; enfardador, separador e triador de sucata, dentre outras adjetivações. As atribuições dessa atividade de “catação” podem ser assim resumidas em: catar, selecionar e vender materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis (FERREIRA; FREITAS, 2015).

De acordo com Baptista (2015), os catadores desempenham uma atividade produtiva, ou seja, concretizam trabalho, pois conseguem “construir” valor sobre determinado resíduo (considerado lixo) e inseri-lo novamente na cadeia produtiva.

Besen, Ribeiro et al (2014) afirma a partir de um levantamento do IBGE de 2010, que é possível estimar um número de mais de 500 mil catadores de materiais recicláveis no Brasil. Para os autores, o perfil desses trabalhadores irá variar, mas analisando o levantamento realizado pelo IPEA, eles percebem que esses catadores têm em média uma idade de 39 anos, sendo 68,9% homens e 31,1% de mulheres, que em sua grande maioria são negros (66%), com um salário que chega a R\$ 510,00 Reais.

Já Freitas e Ferreira (2015) afirmam que existe um percentual maior de mulheres, atuando com a catação na região da Mata e Centro Oeste de Minas Gerais, o que demonstra uma variação dos dados em relação à análise dos gêneros, de acordo com a localidade pesquisada. O que confirma essa afirmação é a pesquisa de Dias (2002), que também afirma que existe um maior percentual de mulheres trabalhando com catação, de acordo com uma pesquisa do Centro Universitário Newton Paiva realizada em 1998, sendo 55% de mulheres e 45% de homens.

Através da análise de Freitas e Ferreira (2015), também foi apontado que no universo sócio familiar do catador que executa o trabalho no lixão, que existe uma média de três indivíduos por família, onde todos eles vivem ao lado do lixão e sobrevivem do trabalho de catação. O principal motivo de trabalhar no lixão de acordo com a pesquisa feita pelos autores é devido ao desemprego, a necessidade de complementação de renda que em muitos casos é devido ao baixo valor recebido pela aposentadoria, e também pelo baixo nível de escolaridade, que dificulta a possibilidade de conseguir um emprego melhor. Também citaram como um dos principais motivos à autonomia de trabalho, que permite escolha de formas de trabalho e horário.

Filho; Pires (2012) e Dias (2002) chamam atenção para outro fator relevante ao pesquisar os grupos de catadores. Os autores perceberam que as redes de relacionamentos dos catadores são muito curtas e que por este motivo, dificilmente constroem laços fora do contexto do lixão. A grande maioria possui uma quantidade elevada de filhos e tem baixa escolaridade, e esses dois fatores muitas vezes determina a presença de muitos membros da mesma família na profissão. A falta de experiência para executar outras atividades e a falta de estudos, acaba obrigando essas pessoas a ficarem na mesma função, o que impossibilita a criação de novos vínculos e relacionamentos interpessoais, deixando a rede de contatos muito limitada, sem possibilidade de buscar novas alternativas de trabalho.

Jesus e Barbieri (2013) chama atenção para a necessidade de incluir verdadeiramente os catadores de materiais recicláveis em políticas públicas sociais, pois ao mesmo tempo que a Política Nacional de Resíduos Sólidos possibilita a inclusão dos catadores, não deve ser deixado de lado que essa inclusão se dá inicialmente “pelos fóruns de lixo e cidadania que aconteceu nos municípios e estados (CARVALHO, 2016), como uma luta desses próprios atores através do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (SILVA, 2006). Por este motivo, Carvalho (2016) afirma que essa luta deve continuar, para que a inclusão dos catadores seja realizada através dos meios mais dignos, que são as cooperativas e inclusão no sistema formal através de contratações de serviços pelas prefeituras, mas que também deve haver uma implicação do estado, que diminua as condições precárias nas formas de trabalho, de acordo com a necessidade do perfil dos catadores.

Em uma pesquisa sobre qualidade de vida, Pereira, Godoi e Coelho (2012) identificaram que qualidade de vida para os catadores é: a) encontrar na catação um trabalho honesto e por meio deste trabalho conseguir os recursos para viver; b) possibilidade de ganhar de modo autônomo o sustento, a partir da coleta de materiais recicláveis; c) conseguir comprar uma casa ou reformá-la. d) conseguir comprar alimentos necessários para satisfazer a fome; e) poder consumir o alimento que desejar; f) ter participação política nas decisões internas da associação, nas decisões externas que envolvem a associação e, poder decidir e se expressar como qualquer pessoa; g) trabalhar para investir na educação dos filhos, para que eles tenham qualidade de vida; h) nos momentos de lazer, poder frequentar lugares que outras pessoas da sociedade frequentam, para se divertir; i) conseguir trabalhar apesar dos problemas de saúde que a catação traz, porque o trabalho proporcionará o lazer, a alimentação e a aquisição de bens e serviços. (PEREIRA; GODOI; COELHO, 2012)

O que chama atenção nos fatores citados pelos próprios catadores através da pesquisa dos autores, é que a atividades que eles executam é considerada para eles um trabalho que dá a possibilidade de adquirirem recursos básicos para sobreviver na sociedade atual, e nesse sentido, é necessário chamar atenção para a renda que o catador obtém, através da catação.

Para Ferreira e Freitas (2015) o catador depende de um grande volume de resíduos recicláveis para viabilizar economicamente a sua atividade. Carvalho (2016) alega que devido à falta de legislação para remunerar os catadores de materiais recicláveis, eles acabam recebendo apenas pelo que vendem e não pelo serviço ambiental que prestam.

Filho (2012) acredita que o preço dos produtos coletados é um dos grandes obstáculos que os catadores enfrentam, porque os catadores do lixão acabam vendendo o seu material no próprio local para facilitar a venda e acabam não negociando os valores.

“São os atravessadores da compra e venda dos produtos (material coletado) os formadores de preço, e os catadores, por agirem buscando necessidades imediatas, não conseguem negociar uma estratégia coletiva de preço único e/ou mínimo para cada produto, também motivado pela falta de estudos técnicos para subsidiar a organização de catadores” (FILHO, 2012, p. 355-358).

Dias (2002) afirma que a territorialização do catador é fruto de um processo histórico, no que diz respeito à obtenção de “pontos” de recicláveis na cidade. Para a autora, o território de cada catador é formado por uma série de “pontos” de coleta como lojas, bancos, instituições públicas e shopping centers, dentro outros, que através de acordos feitos com os porteiros, vigilantes, faxineiros ou até mesmo com gerentes dos setores de serviços gerais, lhes entregam os materiais (alguns já praticamente limpos, outros ainda misturados ao lixo), determinando o trajeto e o roteiro de coleta de cada catador (DIAS, 2002, p.11), o que vai dizer também do valor que será atribuído para cada coleta realizada, de acordo com o repasse desse material, e também da diferença entre o catador do lixão e o catador das ruas da cidade.

É importante observar que o trabalho de catação realizado de forma isolada, sem parceria e sem apoio do setor público e privado torna o trabalho do catador precário e pouco

efetivo, pois a impossibilidade de recolher muitos materiais, que muitas vezes são recolhidos misturados, não permite a reciclagem e a reutilização e ainda demanda ao catador que repasse esse material para o primeiro que aceitar compra-lo, por não conseguir transportar um grande volume. Dada a oportunidade, os atravessadores dos ferros velhos compram os materiais pelo primeiro valor que oferecerem. Todas essas questões acabam gerando uma dificuldade na cadeia de gestão do próprio catador, que não consegue receber o valor devido, pelo trabalho executado. Por este motivo, o trabalho coletivo, cooperativado, em forma de cadeia e rede, facilita o trabalho do catador, gerando um maior recurso de trabalho e em decorrência disso, uma melhor renda financeira, mas mesmo assim, alguns catadores ainda escolham se manter fora das cooperativas de recicláveis.

4.2 DIREITO À CIDADE

De acordo com Rolnik (1988), a primeira definição da cidade surge por uma leitura mecânica, caracterizando-a como um local de circulação de fluxos, de pedestres, de veículos, de tropas, de cargas ou de ventos; A segunda concepção é de ordenação matemática, baseada na racionalização da produção do espaço; E em terceiro lugar, a cidade pressupõe uma ideia de cidade planejada e sem males, utopia que seduz os defensores do planejamento urbano. Por último, imanente ao conceito de cidade, reside o poder do estado, através da execução do domínio de regras e do controle, sendo mantenedora da organização da vida social e consecutivamente dando a ideia de uma necessidade de gestão da vida coletiva e cotidiana (ROLNIK, 1988), com elegância mundana, mas disciplina superior e ética (GUEDES, 2003).

Rolnik (1988) acredita que a organização de uma cidade passa, categoricamente, a ser marcada pela divisão de classes. De um lado, estão os proprietários dos meios de produção, os ricos detentores do dinheiro e bens. De outro, estão os vendedores de sua força de trabalho, os livres e despossuídos. Entre os dois, estão os artesãos independentes, donos de seu próprio negócio, que oscilam entre identificar-se com os demais proprietários e/ou aliar-se com detentores do poder.

Com a globalização, essa divisão se torna ainda mais acentuada nas cidades, disseminando contradições como: “o desemprego, a pobreza, a poluição ambiental, a insegurança e as incertezas da desigualdade” (BORJA; JORDI, 2001).

“Para além das edificações e regulações, o espaço urbano é construído por atores sociais a partir de suas emoções e representações” (COIMBRA; SARAIVA, 2014, p.1), “e as práticas de planejamento e gestão urbana, antes de qualquer outra coisa, seguem o modo de produção capitalista instalado na sociedade moderna, marcado por uma clara hierarquização em diversos campos” (COIMBRA; 2013, p.4). É necessário refletir, portanto, acerca do caráter político-ideológico do planejamento urbano, afinal, “a quem se destina o planejamento? Planejar para quem? Qual a lógica do sistema para o qual tais planejamentos são necessários?” (BLAY, 1979, p. 17).

Segundo Lefebvre (2008a, p. 111), “a cidade se escreve, nos seus muros, nas suas ruas”. Para este autor, a rua não é apenas um lugar transitório, de passagem ou circulação de pessoas; tem desde funções informativas até funções lúdicas e simbólicas (COIMBRA, 2013, p.6). Para Certeau (2008) essas funções lúdicas e simbólicas são as práticas do cotidiano, que ele chama de práticas microbianas, considerando o espaço vivido, com um sentido particular atribuído ao espaço urbano.

Mendes e Cavedon (2012) mencionam o mercado informal como forma de apropriação simbólica do espaço urbano, nesse sentido, o próprio conceito de cidade vai alterar, realizando uma verdadeira (re) significação das atividades sociais e econômicas constituídas.

É assim que Seixas e Costa (2011) consideram a noção de criatividade no desenvolvimento urbano e na promoção econômica e territorial das cidades, sendo esta uma

“forma de invenção e linhas de fuga” (CASSIANO; FURLAN, 2013), sendo esta uma possibilidade de saída do enclausurado capitalismo:

“Linhas de fuga são linhas de ruptura, verdadeiros rompimentos que promovem mudanças bruscas muitas vezes imperceptíveis, não sendo sobrecodificadas nem pelas linhas duras e nem pelas maleáveis. São rupturas que desfazem o eu com suas relações estabelecidas, entregando-o à pura experimentação do devir, ao menos momentaneamente. São linhas muito ativas, imprevisíveis, que em grande parte das vezes precisam ser inventadas, sem modelo de orientação”. (CASSIANO; FURLAN, 2013, p.374).

O discurso das cidades criativas traz a possibilidade de assumir e desenhar intervenções mais transversais, que ultrapassem as velhas dicotomias e conflitos em termos de domínios e formas de atuação, como a: economia vs cultura; público vs privado; efêmero vs permanente; local vs global, permitindo ensaiar possíveis soluções políticas, institucionais e de governança (COSTA; SEIXAS; OLIVEIRA, 2009), uma vez que criativa, pode ser também inovadora, provocando pequenas bifurcações no meio urbano.

Rolnik (1988) afirma que a cidade, ao aglomerar-se num espaço limitado uma população numerosa, cria o mercado, estabelecendo não somente a divisão do trabalho, como também a especialização do trabalho no interior dela. A criatividade, portanto, sendo uma forma de apropriação do espaço, permite novas formas de lidar com o trabalho e o desenvolvimento territorial nas suas diversas dimensões, criando uma fonte potencial de criação de valor nas economias (COSTA et al., 2009).

Quando se reivindica o direito à cidade, Borja e Jordi (2001) afirmam que logo, se está reivindicando também um espaço coletivo onde os direitos humanos sejam respeitados. Portanto, o direito à cidade dá garantia e proteção aos direitos humanos chamando atenção do poder público e das autoridades locais para implementação de políticas públicas que possibilite prevenção de violação de direitos das pessoas que habitam e transitam a cidade.

Rodrigues e Ichikawa (2015) concluem que:

[...] i) trabalhar na rua não se constitui uma escolha deliberada; ii) Na atividade de reciclagem podem coexistir ações táticas e estratégicas; iii) Pela reciclagem, o homem ordinário se apropria dos subprodutos da sociedade, subverte e ressignifica seu sentido original; iv) O olhar discriminatório da sociedade oprime o trabalhador da rua, influenciando no seu modo de consumir e no uso do espaço; v) A subsistência familiar prevalece em relação ao desenvolvimento sustentável; vi) O homem não ordinário concorre com o homem ordinário; vii) Para o trabalhador da rua, a liberdade é questão *sine qua non*. (RODRIGUES, ICHIKAWA, 2015, p.1)

De acordo com Honorato e Saraiva (2016) o sujeito comum que atuam nas ruas, que os autores nomeiam como “ordinários”, criam a sua própria concepção de cidade traduzindo através das suas práticas essa representação. Os catadores de materiais recicláveis como um todo, sendo esses uma parcela deles que vivem em situação de rua, “se colocam na cidade pela sua própria existência, constringendo as estratégias mantenedoras do uso “adequado” da cidade” (HONORATO; SARAIVA, 2016), construindo e constituindo um ponto de interrogação na vida urbana, ressignificando a noção de espaço, de rua, de lugar, de planejamento, de território e especialmente demonstrando o seu poder de resistir, ainda que em pequena escala de oposição, com a sua movimentação livre de regras, dentro da cidade.

Os catadores, ao se deparar com o lixo, visualizaram uma possibilidade alternativa para sua sobrevivência e a sociedade encontrou na reciclagem uma maneira de reverter o crescente quadro de degradação ambiental, (CAMPOS; GUIMARAES et al. 2009; BOURAHLI et al., 2012), sendo essa a tradução de uma forma criativa de lidar com o desemprego, como as questões ambientais geradas pela má gestão do resíduo e com a exclusão social das camadas mais baixas da população. A reciclagem e a coleta seletiva são uma possibilidade que estimula o trabalho das cooperativas, fortalecendo consecutivamente a atividade dos catadores na cidade, gerando emprego e renda e possibilitando que uma parcela da população que está à margem da sociedade, entre no mercado de trabalho e busque viver de forma digna (BOURAHLI et al., 2012).

4.3 Os catadores em Minas Gerais e em Belo Horizonte

O Estado de Minas Gerais demonstrou avanços em relação às políticas públicas de apoio às organizações de catadores de materiais recicláveis. Carvalho (2016) ressalta que Belo Horizonte foi o primeiro município a inserir o trabalho dos catadores na gestão dos resíduos por meio de coleta seletiva e menciona que foi também a capital de Minas a pioneira a promover o primeiro “Encontro Nacional de Catadores de Papel” em 1999, o que deu origem embrionária ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis” (CARVALHO, 2016, p.59-60).

Carvalho (2016) afirma também que a Lei estadual de nº 14.128/2001 (que dispõe sobre a Política Estadual de Reciclagem de Materiais de Minas Gerais), reconheceu o trabalho e a necessidade de integrar os Catadores na gestão compartilhada dos resíduos e que isso é evidenciado como, por exemplo, na criação do Centro Mineiro de Referência em Resíduos, o (CMRS), criado em 2007 através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), e da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). O Centro Mineiro apoiou os municípios na gestão integrada dos resíduos e foi fundamental na atuação de treinamentos e capacitação dos catadores para melhoria do trabalho de catação e comercialização dos materiais, onde foi possível agregar valor às redes de cooperativas e associações (CARVALHO, 2016).

O Governo de Minas também criou a Bolsa Reciclagem, que é uma variação do modelo da logística reversa (ABRAMOVAY; SPERANZA; PETITGAND, 2013). A Bolsa Reciclagem é uma política de pagamento aos serviços ambientais urbanos (PSAU), que tem como objetivo remunerar os catadores de materiais recicláveis que atuam no Estado de Minas Gerais, organizados em associações e cooperativas pelos serviços prestados na gestão integrada de resíduos sólidos (CARVALHO, 2016).

“O programa Bolsa Reciclagem é um reconhecimento da ação de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis retirados dos resíduos urbanos pelos catadores pois garantem o reaproveitamento destes materiais como matéria-prima para a indústria, preservando os recursos naturais de que estes materiais são feitos e contribui com a economia de energia na produção de novas mercadorias. Além disso, essa ação reduz a quantidade de resíduos que deverão ser destinados aos aterros sanitários, reduzindo os custos das prefeituras com aterramento de resíduos sólidos urbanos e diminuindo o impacto ambiental que o lixo causa ao meio ambiente” (CARVALHO, 2016, p.63-64)

Para receber este incentivo, as organizações de catadores devem apresentar alguns documentos demonstrando regularidades fiscais e comprovando que está reinserindo de fato os materiais coletados na cadeia de gestão de acordo com o padrão definido pelo Comitê Gestor, que determina quais são os resíduos considerados para pagamento da bolsa, conforme regulamenta o decreto 45.975/2012 (MINAS GERAIS, 2012).

4.4 Os Catadores de Materiais Recicláveis e o Mercado

Outro fator importante que auxilia as cooperativas de catadores são as empresas. Ficher (2005) afirma que as práticas empresariais de atuação social vêm crescendo nos últimos cinco anos no país, e isso se fez possível pelo ideário da Responsabilidade Social. O interessante dessa proposta é que as empresas que já praticavam parcerias com intuito de apostar no social, começaram a ampliar essa atuação passando a divulgá-la ou a demonstrar maior valorização por estas ações.

Borges (2008) enfatiza que a atuação em conjunto das organizações da sociedade civil, empresas e governo para a implementação de projetos sociais potencializa a qualidade das ações e afirma que o comportamento conexo entre os agentes de transformação faz vislumbrar a possibilidade de um movimento social com convergências de ideias, provocando alianças, parcerias, intersetorialidade e redes. Mas o autor acredita que para que um trabalho em conjunto funcione, é necessário haver credibilidade, confiança, planejamento, avaliação em comum acordo, definições de papéis, expectativas,

responsabilidades, mensuração de resultados e impactos, e uma série de outros fatores que deixam essa tarefa muito complexa.

De acordo com Jesus e Barbieri (2013) as parcerias entre empresas e cooperativas possibilitam o desenvolvimento, porque através de parcerias as empresas podem criar vínculos com as cooperativas doando materiais em troca dos serviços de coleta, ou até mesmo enquanto consumidora, comprando materiais das próprias cooperativas. “Países em desenvolvimento já utilizam desse recurso de parceria entre catadores e empresas, o que estimula a criação de cooperativas e incentiva a legalização do trabalho dos catadores, criando o contrato para as atividades de coleta e reciclagem”. (BESEN; RIBEIRO et al., 2014).

Carvalho (2016), afirma que os convênios com as prefeituras municipais trazem benefícios aos cooperados, uma vez que o convênio com o poder público garante a efetividade do serviço e em contramão permite a inclusão social através do trabalho e geração de renda.

Já Batista (2015) menciona que as cooperativas são vistas como coitadinhas e elas não são, por isso precisam perder este estereótipo para atuar de forma ativa junto ao primeiro e segundo setor. Ao mesmo tempo, elas estão vivendo uma situação de desamparo estrutural, mesmo que estejam se organizando lentamente. O autor afirma que elas precisam de tudo:

“auxílio jurídico no que diz respeito a um ambiente próprio, para que não sejam ameaçadas de despejo; auxílio financeiro, para que possam fazer reformas estruturais nos galpões e que possam obter máquinas e equipamentos; auxílio cultural e educacional, para que possam difundir a cultura do cooperativismo e melhorar suas técnicas de segregação; auxílio social, para que sejam capazes de estruturar ações voltadas aos cooperados e que possam estendê-las para as suas famílias; auxílio logístico, com o objetivo de combater o gargalo fundamental que é a falta de transporte; e auxílio político, para que possam reequilibrar as forças políticas e sejam capazes de se fazerem ouvidas pelos agentes públicos” (BAPTISTA, 2015, p. 161).

Considerando que não se trata apenas de agregar valor as cooperativas, é necessário também que exista um auxílio inicial do governo, para que abram as portas e recebam essas pessoas que são vistas como “incompetentes” no modelo tradicional de negócio. De acordo com o portal online da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU, 2016), a prefeitura de Belo Horizonte está subsidiando as despesas de aluguel e reforma da ASMARE. Esse auxílio surge a pedido dos próprios catadores, através do programa “Lixo e Cidadania” (CARVALHO, 2016), demonstrando sua força ativa na reivindicação de direitos.

5. METODOLOGIA:

A fim de compreender a escolha dos catadores de se manterem fora das cooperativas, foi realizada uma pesquisa qualitativa com revisão teórica e revisão documental de entrevistas estruturadas desenvolvidas em duas épocas distintas, com análise de conteúdo em ambas para avaliar os resultados das pesquisas de campo.

A revisão literária pautou-se inicialmente em resgatar o conceito do catador, compreender como surge o trabalho de catação e como foi crescendo a atividades na cidade de Belo Horizonte e consecutivamente no Brasil. Após a compreensão do trabalho de catação e a importância da atividade junto aos avanços, impasses e dificuldades, fez necessário compreender como a cidade se apresenta para essas pessoas que encontram no lixo a sua sobrevivência. Posterior a essa contextualização, houve o objetivo de analisar e porquê da escolha dos catadores preferirem permanecer fora das cooperativas de recicláveis, sendo elas consideradas como apropriadas para o trabalho organizado da “catação”

A pesquisa foi realizada em duas partes. A primeira foi realizada uma análise documental de uma pesquisa feita pela autora em Março de 2016 a Maio de 2016, em que a pesquisadora realizava um estágio supervisionado em uma instituição religiosa de Belo Horizonte chamada Fundamigo, que recebe e dá apoio à pessoas em situação de rua. Neste estudo, a pesquisadora como Psicóloga, realizou nove entrevistas com homens em situação de rua, com o objetivo de analisar as formas de sobrevivência dessas pessoas, voltada a investigar se esses atores faziam uso da catação como uma forma de uma economia

alternativa. Como o estágio se tratava de uma obrigatoriedade curricular do curso de Psicologia, nessa investigação, não foi possível utilizar o gravador como forma de registro das entrevistas, sendo possível fazer apenas as anotações das falas durante as entrevistas, por se tratar de um estágio de Psicologia em um ambiente que possui pessoas com vários perfis, dentre eles: alguns com envolvimento em assaltos, prisão e delírio persecutório por uso contínuo de substâncias químicas, ou por ser usuário de saúde mental.

Nessa primeira pesquisa de campo foi desenvolvido um roteiro de entrevista constituído por vinte perguntas estruturadas, com foco em noções de saúde, família, história de vida, segurança, alimentação, higienização, inter-relação e convívio social, violência, uso de álcool e outras drogas e por último as formas de sobrevivência nas ruas, focando no trabalho com recicláveis, trabalho em cooperativa e outras formas de sobrevivência, sendo essas perguntas mais focadas e objetivas. O perfil dos entrevistados variou entre homens entre 30 a 55 anos. As intervenções foram baseadas na metodologia de pesquisa-ação, com o intuito de entender a dinâmica do grupo específico, sendo eles: Homens de vivência de rua, com foco no motivo de viver nas ruas, formas de sobrevivências, gestão do cotidiano e intervenções na perspectiva da psicologia social em uma lógica de “investigação-ação” (TRIP, 2005), permitindo escuta clínica, orientações e intervenções em relação as suas dificuldades.

Concomitantemente, a pesquisadora realizava uma pesquisa de iniciação científica sobre a gestão dos resíduos sólidos e a inserção dos catadores de materiais recicláveis na cadeia de gestão e impasses e avanços a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos, para compreender a que ponto a inclusão dos catadores estava sendo realizada de fato. Nessa pesquisa, houve a entrevista de dez gestores que estão ou estiveram ligados a gestão dos resíduos sólidos urbanos em Belo Horizonte, para compreender a percepção desses atores especialistas e observar como a literatura encara essa dinâmica. Essas entrevistas foram realizadas de Junho à Agosto de 2016. O perfil desses entrevistados foram: Políticos, atores que atuam no Governo e representante de OSC e ONG. Essas entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas por análise de conteúdo.

Quadro 1: Pessoas em situação de Rua

NOME	IDADE	COMPOSIÇÃO FAMILIAR	NATURALIDADE	MOTIVAÇÃO PARA SAIR DE CASA
J.B	51	Nenhuma.	Brumadinho (MG).	Quando perdeu a mãe.
A.B	30	Não sabe, porque não vê a família há muito tempo.	Espirito Santo.	Não respondeu.
F.	35	Pai, Madrasta, 6 irmãos, tio e prima.	Osasco, São Paulo.	Quando perdeu a mãe.
OS.	45	Ex-esposa, 2 filhos (Belo Horizonte) e mãe e Tia (Rio de Janeiro).	Rio de Janeiro.	Alcoolismo.
P.	52	Ex-esposa, 6 filhos, 4 netos.	Belo Horizonte (MG).	Quando separou da esposa.
A.	36	Mãe, filho e sobrinha.	Não informou.	Alcoolismo.
F2.	53	1 Filho.	Itaúna (MG).	Alcoolismo.
L.F	30	Criado pelos avós maternos.	Itabirito (MG).	Não respondeu.
W.	33	Mãe e alguns tios.	Belo Horizonte (MG).	Influência da mãe usuária de droga; saída da prisão e falta de motivo para voltar para o bairro que morava.

Fonte da autora (2016)

Quadro 2: Gestores envolvidos com a Gestão dos Resíduos em Belo Horizonte.

PERFIL	ENTREVISTADO	SEXO
Político1	Vereador	Masculino
Político2	Assessora Parlamentar de Deputado	Feminino
Governo1	Gestora da FEAM	Feminino
Governo2	Gestor da FEAM	Masculino
Governo3	Gestora de empresa de limpeza urbana	Feminino
OSC Internacional	Gestora de ONG Internacional	Feminino
ONG Nacional	Gestora de ONG Nacional	Feminino
ONG Municipal	Gestora de ONG Municipal	Feminino
OSC Municipal	Representante de Cooperativa de Recicláveis	Masculino

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Vale ressaltar que a entrevista realizada com a empresa foi descartada, sendo considerada apenas as nove entrevistas.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Análise 1:

Ao analisar as entrevistas, foi possível perceber que a maioria dos entrevistados que viviam em situação de rua realiza a atividade da “catação” em algum momento, ou de alguma forma, como forma de sobrevivência. Geralmente o que é mais coletado pelos entrevistados são: restos de alimentos, restos de cigarro e em sua maioria, a latinha de refrigerante e cerveja. Alguns questionam também da dificuldade de encontrar a latinha, por utilização dos prédios residenciais que tomaram o hábito de separar o alumínio para própria revenda:

“Cato latinhas de refrigerante e cerveja para vender. Mas é muito difícil catar latinha porque é muita concorrência. Tem algumas pessoas que ajudam juntando as latinhas e guardam pra mim, mas tem pessoas que mesmo tendo trabalho fixo com carteira assinada, também juntam latinhas para vender no ferro velho, o que aumenta ainda mais a concorrência e dificulta, porque a latinha já é barata e para conseguir um bom dinheiro tenho que juntar muita latinha. Como não tenho carrinho, tenho que pegar um emprestado para levar para o ferro velho. Cada quilo de ferro pagam no máximo em torno de R\$ 3,20 e para conseguir um salário mínimo teriam que juntar 19 mil latinhas. O papelão é 0,10 o quilo, ou seja, tenho que conseguir 10 quilos por dia para conseguir em torno de R\$10,00. Para pegar um carrinho emprestado no ferro velho eu tenho que deixar a minha identidade lá e no final do dia tenho que entregar o carrinho se não, nem devolvem a minha identidade”. (P.)

Mesmo os que se posicionam não tão favoráveis a coleta de materiais para revenda pelo baixo custo do repasse do material, muitos assumem que entre hora ou outra, a catação é sempre uma opção de sobrevivência. Apenas um, dos nove entrevistados disse que não utiliza a catação como forma de sobrevivência devido ao fato de ser pouco compensatório.

Muitos deles relataram contato com as cooperativas de recicláveis informando que as vezes fazem o empréstimo do carrinho para coleta, deixando a identidade como forma de garantia de retorno, porém, muitos dizem que carregar o carrinho de coleta é algo inviável,

uma vez que as cooperativas têm horário de funcionamento, não permitindo qualquer horário de entrada e saída. Como é necessário coletar um volume grande de matérias para vender, às vezes, retornar com o carrinho é um empecilho para eles.

“Às vezes o ferro velho fecha antes de conseguir chegar, ou está muito cheio e não sobra dinheiro para comprar de quem está no final da fila. O ferro velho fecha às 17h:00, por isso tenho que entregar antes desse horário. O dinheiro que eu ganho é o dinheiro que eu como, se eu não consigo vender eu não consigo alimentar e por isso eu como mal por comer comida estragada”. (P.)

Eles também mencionam que o fato de usarem drogas, geralmente faz com que utilizem outros meios mais rápidos de adquirirem condições de sobrevivência nas ruas, como por exemplo: descarga de caminhões e pintura, que por mais que ocupe um dia de trabalho, permite um maior retorno financeiro, sem demanda de logística de coleta, separação e entrega em depósito.

Ficou evidente pelas falas dos entrevistados que o trabalho cooperativado é uma forma de trabalho formal, mesmo que com regras mais flexíveis. Eles demonstraram que estar nas ruas é uma opção e uma escolha de vida e por mais que tenham condições de encontrar um familiar, não desejam retornarem para uma residência fixa, pois essa ação traz também a responsabilização de ter que trabalhar, além da casa do familiar não ser considerada um lar.

O L.F, menciona que tem familiares em Itabirito e em Belo Horizonte “*e que eles nem sabem que ele está morando nas ruas*”, mas que ele costuma vir para BH para ficar um tempo sem precisar aturar a “*encheção*” de saco da família de ter que arrumar um trabalho formal. Outro entrevistado também demonstra a falta de interesse de não ter vínculo de trabalho.

“As vezes tenho “surtos” e vou para o centro da cidade e fico bebendo nas ruas. Chego a ficar quatro dias nas ruas catando latinhas e vendendo no ferro velho perto de onde fico. Com esse dinheiro dá para sobreviver nas ruas, e só depois de um tempo decido voltar para a casa da minha mãe”. (A.)

Muitos mencionam que recebe alguns auxílios do governo como o bolsa família, bolsa moradia e cartão do restaurante popular, por isso não ficam tão dependentes da catação.

Um dos entrevistados reconhece que a catação realizada junto à cooperativa é mais bem remunerada pela experiência que teve trabalhando na Asmare, mas mesmo com a remuneração sendo mais alta, preferiu atuar de forma isolada, nos dias que o convém.

Análise 2:

Para os gestores entrevistados, o catador é extremamente relevante para a cadeia de gestão, porque eles são vistos hoje como um agente ambiental.

“O gestor da FEAM fez uma colocação interessante em relação ao catador. Segundo ele, em um país como o nosso, o catador é fundamental, mas ele afirma que espera que um dia o catador não desempenhe a catação da forma que é realizada hoje, porque no formato atual, os catadores são estigmatizados e tratados como invisíveis ou lixo social. Ele acredita que esse trabalho é viável, e compreende que é necessário existir dessa forma atualmente, porque funciona como uma maneira de manter as pessoas alimentadas, além de preencher uma lacuna de exclusão social, mas ressalta que isso não o deixa feliz, pelo contrário, fica muito triste por existirem catadores em condições sub-humanas”. (REIS, 2016)

Outro entrevistado comenta que os catadores ainda são considerados como um estorvo para a sociedade em geral, e que apenas são notados quando atrapalham o trânsito.

“Eles são vistos como um estorvo, quando estão passando com o carro deles, que tem quase 800 quilos atrasando o trânsito... eles são vistos mais como estorvo, do que como uma pessoa que está fazendo...como agentes ambientais”. (GESTOR DA FEAM)

Os entrevistados mencionam que a reciclagem é um recurso ambientalmente relevante para preservar os recursos naturais:

“Já é um consenso no mundo que o catador é um grande responsável pela reciclagem. Eles têm um papel importantíssimo, e o BID está acompanhando, porque o Brasil está muito avançado nisso. Cada vez que eu reciclo, eu estou gerando uma cadeia produtiva, e uso esse material como matéria prima. A reciclagem é quando eu volto o material para cadeia produtiva original, principalmente como

matéria prima. O tratamento, normalmente eu vou trabalhar ali, a compostagem, fazer um composto, um resíduo orgânico, fazer energia. Fralda, por exemplo, eu não consigo fazer reciclagem, mas posso fazer energia com ela, fazer gaseificação e coisas assim. Para nós, nosso lixo é formado de resíduos e de rejeitos. Resíduo é tudo que eu posso levar até a reciclagem. O rejeito é o que não tem mais jeito mesmo. O catador faz um trabalho de separação e sensibilização na fonte, eles levam para o galpão, triam, separam, prensam e estocam”. (ONG 2)

“O catador não pensa só na gestão do resíduo, ele pensa em toda logística, desde que aquele material que não pode ser contaminado: porque foi separado dessa forma, que entra na cooperativa de um jeito, que vai para a prensa de um jeito... Que é a diferença de um gari, que pega o material e joga no caminhão e aquele material se mistura mais, ou é contaminado, porque quando chega à cooperativa tem perdas... Então o catador tem um olhar que é do todo, em relação à cadeia do material”. (ONG 1)

“O catador é um ator importante numa cadeia de valor que é a cadeia da reciclagem. A catação tem um triplo viés, porque o catador não só é um fator social, não só um fator econômico numa cadeia de valor, e a gente é um prestador de serviço num sistema sócio-técnico, então eles têm demandas específicas em termo de cobertura, em termo de ciência em termos de meio ambiente. Então são três dimensões distintas. Catador não pode ser pensado só como um problema social, ele tem que ser pensado como um fator econômico, então tem que pensar como desafio como fator integrativo... tem essa demanda do social, mas não podemos perder as outras demandas... A PNRS reconhece o catador, mas ele coloca esse desafio para todos nós de sair da nossa zona de conforto”. (GOV 1)

Para os atores entrevistados, o catador pode ser considerado tanto como um agente de transformação, que conquistou o seu espaço por uma própria luta coletivo, como também um estorvo social invisível. Também é pontuado que o catador é quem melhor sabe separar o material reciclável, porque ele que conhece o material pelo peso, porte, olho e pelo tempo que eles fazem a catação, mas que eles não são coitadinhos, eles são empreendedores que gostam de trabalhar à sua maneira. Mas é necessário viabilizar as formas de trabalho para eles, porque eles não querem ser funcionários da prefeitura, eles querem empreender e trabalhar para si próprio, associado ou cooperativado.

Os entrevistados ressaltam que o catador são atores de luta e resistência, que melhor conhece o material com que trabalha e que é um prestador de serviço ambiental de altíssima qualidade que deve ser reconhecido pela forma eficiente e inteligente que atua pelas ruas, mas que ainda desempenha o trabalho de maneira desumana, que necessita de visibilidade para adquirir novos recursos e melhorias de trabalho.

Os atores entrevistados comentam que nas cooperativas tem uma rotatividade enorme de cooperativados, o que dificulta o treinamento e a gestão. Os galpões estão sucateados, não representaram avanços desde a década de 90, e possuem condições sérias de insalubridade. A prefeitura ainda trata de maneira informal as associações, e não consideram o trabalho que os cooperativados executam e acreditam que todo recurso e auxílio oferecido à cooperativa é por caridade ao pobre, porque a prefeitura ainda não reconhece os catadores como um ator econômico ambiental.

Foi chamada atenção ao fato de que existem cooperativas em vários níveis e que o gargalo para algumas são os cooperados que saíram das ruas, que não tem o que comer, e que entram no mercado capitalista através da cooperativa sem entender muito bem o que estão fazendo.

Todos entrevistados citaram a gestão como um desafio para as cooperativas e eles acreditam que a gestão de um empreendimento solidário que não tem capital de giro é muito difícil no seu cotidiano e que a gestão administrativa de qualquer negócio é realmente é uma tarefa muito complexa e que muitos deles também realmente não querem entender.

CONCLUSÕES

Havia a hipótese que a grande maioria das pessoas em situação de rua catavam objetos recicláveis e vendiam como forma de sobrevivência nas ruas. O objetivo da pesquisa se baseou em compreender se os catadores de materiais recicláveis eram adeptos as cooperativas para vínculo de trabalho ou não, e quais são os motivos dessas escolhas.

Após as primeiras entrevistas focadas nas pessoas em situação de rua, foi possível concluir que essas pessoas não se sentem atraídas para trabalhar em um modelo de cooperativa, porque para elas essa lógica ainda abarca o modelo convencional de trabalho, por ter horário de entrada e saída e regras consideradas para eles como rígidas. Portanto, é possível concluir que trabalhar com catação em cooperativas não é uma opção para os catadores de materiais recicláveis, mesmo se a remuneração for um pouco menor, pois a escolha de trabalhar com resíduos é realizada como uma possibilidade de recolher o que foi descartado pela sociedade quando desejar, sem necessidade de pedir autorização e dar satisfação sobre o trabalho. É possível concluir também que a lógica de coleta de materiais se dá unicamente pela sobrevivência momentânea, não sendo de interesse dessas pessoas uma boa remuneração para acúmulo de bens, por isso não importa se a remuneração for baixa, pois na medida que não existe vínculo formal, o custo benefício compensa pelo único argumento de poderem se manterem usuários de qualquer droga lícita ou ilícita, sem necessidade de satisfação.

No que se refere a percepção dos gestores sobre a inclusão dos catadores na gestão dos resíduos, foi possível perceber que para eles, o catador é um ator de extrema relevância na gestão de resíduos sólidos, porque eles executam um trabalho ambiental não reconhecido pela sociedade e pelos gestores públicos, mas eles afirmam que os catadores devem ser remunerados adequadamente pela atividade que executam.

Também ressaltam a rotatividade de pessoas nas cooperativas, que por uma condição social, não tem uma estabilidade de permanecerem na lógica de cooperativa, precarizando o serviço, não avançando nos modelos de gestão, dificultando a ampliação de trabalho em rede junto ao governo e empresa, mas sabem das condições de alguns de quererem se manterem fora.

Alguns catadores demonstraram a falta de interesse em atuar em cooperativas e outros demonstraram desconhecimento. Uma perspectiva que surgiu ao longo da pesquisa, foi a possibilidade de trabalhar em parceria intersetorial, apresentando aos catadores as vantagens e desafios de atuarem junto as cooperativas, como uma maneira de disseminar a ideia para quem deseja atuar, já que não são todos que conhecem esse modelo de trabalho.

Como um desafio, foi possível concluir que alguns catadores vão continuar atuando de maneira isolada por preferência e cabe as políticas públicas tornarem atrativo o trabalho, para talvez modificar essa escolha.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, R; SPERANZA, J; PETITGAND, C. Lixo Zero: Gestão de resíduos sólidos para uma sociedade mais prospera. **Planeta Sustentável**. Instituto Ethos, 2013.

BAPTISTA, V. As políticas públicas de coleta seletiva no município do Rio de Janeiro: onde e como estão as cooperativas de catadores de materiais recicláveis?. **Rev. Administração Pública**, 49 (1), p.141-144, 2015.

BESEN, G *et al.* Coleta Seletiva na região metropolitana de São Paulo: Impactos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. XVII, n. 3, p. 259-278, 2014.

BLAY, E. A. Crise urbana ou crise de reprodução do capital? In: BLAY, E. A. (Org.). **A luta pelo espaço. Textos de sociologia urbana**. Petrópolis: Vozes, 1979.

BORGES, A. **Coordenação Interinstitucional para o desenvolvimento Local**: Um estudo em Araçuaí Minas Gerais. Dissertação de mestrado – Fundação Gentúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

BOURAHLI, Abdelkader ; KONDO, Edson Kenji; HEDLER, Helga C.; BATISTA Aretusa L. A reciclagem como fator de inclusão socioeconômica dos catadores de lixo no Distrito Federal do Brasil. **Revista Capital Científico**, v.9 n.2, Guarapuava, jul./dez. 2011.

CAMPOS, Lucila M.S. et al. A reciclagem como empreendedorismo: fonte de transformação socioeconômica e ambiental. **Revista da micro e pequena Empresa**, Paulista, v.2, n.2, p.3-15, Campo Limpo, 2009.

CARRIERI, A. P.; MARANHÃO, C.M.S.A; MURTA, Ivana B. Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública**, 43 (6), p. 1315-1342, Rio de Janeiro, nov./dez. 2009.

CARVALHO, T. **Coleta Seletiva e Inclusão Social**: Desafios da gestão pública municipal no sul de Minas Gerais. 121p. Dissertação (Mestrado profissional), Universidade Federal de Lavras, Lavras/MG, 2016.

CASSIANO, Marcela; FURLAN, Reinaldo. O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. **Psicologia & Sociedade**, v. 25 n.2, p. 373-378, 2013.

CAVEDON, Neusa R.; MENDES, Luciano. A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 4, n. 1, p. 123-140, jan./jun. 2012.

COIMBRA, Emanuelle R. C.; SARAIVA, Luiz A. S. Confrontos entre o espaço produzido e o espaço vivido em Belo Horizonte: um estudo sobre o quarteirão do soul. **Revista Economia & Gestão**, v. 14, n. 37, p. 28-52, 2014.

COSTA, Pedro; SEIXAS, João; OLIVEIRA, Ana Roldão. Das Cidades Criativas à Criatividade Urbana? Espaço, Criatividade e Governança na Cidade Contemporânea. Cabo Verde - Redes e Desenvolvimento Regional. **1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde**. Cabo Verde, 2009.

DIAS, S. Lixo e Cidadania: os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da ASMARE. **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, Minas Gerais, nov. 2002.

DIAS, S; SANTOS, M; PEREIRA, M. A inserção dos Catadores no campo da indústria da reciclagem: Uma análise comparada de duas experiências de redes de economia solidária. **Anais do XI Colóquio Internacional sobre Poder Local - Desenvolvimento e Gestão Social de Territórios**. Salvador, dez. 2009.

- FILHO, M; PIRES, J. A Influência das Redes Sociais de Catadores na Cadeia Produtiva da Reciclagem. **Revista Gestão e Sociedade**, v. 7, nº 17, p. 249-272, 2013.
- FILHO, M. Rede de Catadores de Materiais Recicláveis: Perspectiva para a Organização da Autogestão. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, v. 4, n. 3, p. 341-364, 2012.
- FISCHER, M. Mercado e Terceiro Setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. **Revista de Administração [online]**, v.40, n.1, p.5-18, 2005. Disponível em: http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=1153. Acesso em 03/03/2016.
- FREITAS, D; FERREIRA, F. Perfil dos Catadores de Materiais Recicláveis nos Lixões de Minas Gerais. **Caderno de Geografia**, v.25, n.44, p.1-15, 2015.
- GOMES, M. H. S. C.; OLIVEIRA, E. C.; BRESCIANI, L. P. et al. Política Nacional de Resíduos Sólidos: perspectivas de cumprimento da Lei 12.305/2010 nos municípios brasileiros, municípios paulistas e municípios da região do ABC. **Rev. Adm. UFSM**, v. 7, Edição Especial, p. 93-110, 2014.
- GUEDES, Joaquim. Cidade e espaço político. **Psicologia USP**, v.14 n.3, 73-78, São Paulo, 2003.
- HONORATO, Bruno E. F.; SARAIVA, Luiz A. S. Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, Ano 14 nº 36, out./dez. 2016.
- ICHIKAWA, Elisa Y.; RODRIGUES, Fábio da S. O cotidiano de um catador de material reciclável: a cidade sob o olhar do homem ordinário. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 97-112, jan./abr., 2015.
- JARDIM, A. C. S., PEREIRA, V. S. Metodologia qualitativa: é possível adequar as técnicas de coleta de dados aos contextos vividos em campo?. **Anais de Sobre 47º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre, 2009.
- JESUS, F; BARBIERI, J. Atuação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis na Logística Reversa Empresarial por meio de comercialização direta. **Revista de Gestão Social e Ambiental**. v. 7, n. 3, p. 20-36, 2013.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- MATTOS, P. L. C. L. A entrevista não estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **Revista de Administração Pública**. v.39 n.4: p. 823-47, 2005.
- MINAS GERAIS, Publicação – Diário do Executivo, Decreto nº 45.975, de 4 de junho de 2012. Estabelece normas para a concessão de incentivo financeiro a catadores de materiais recicláveis – Bolsa Reciclagem, de que trata a Lei nº 19.823, de 22 de novembro de 2011. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 05 jun. 2012.
- PEREIRA, J; Godoi, C; COELHO, A. Qualidade de Vida dos Catadores de Materiais recicláveis: Um Estudo Etnográfico. **Revista Gestão e Sociedade**. V. 6. nº 14. p.159- 177, 2012.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SEIXAS, João; COSTA; Pedro; Criatividade e governança na cidade. A conjugação de dois conceitos poliédricos e complementares. **Cad. Metrop., São Paulo**, v. 13, n. 25, pp. 69-92, jan/jun 2011.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, v.31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.